

ATA DA 111ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de 2003, na sala de reuniões do CAP, às 10:00 horas, sob a presidência do Conselheiro Mário Manoel das Dores Roque, designado pelo colegiado para presidir os trabalhos, em razão do presidente Armando Ribeiro Moreira estar retido no aeroporto de São Paulo, devendo chegar à cidade somente pelas 11:30 horas, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos Conselheiros Carlos Alberto Silveira Calvo, José Silvio Gori, Mauro Fontoura Marder, Carlos Roberto Frísoli, Carlos Gilberto Guadhain Matozo, Arivaldo Barbosa José, Zulfiro Antônio Bósio, Luiz Antonio Fayet, Airtton Galinari, José Roberto Almeida Corrêa e Luiz Antônio de Mattos. **Convidados:** Juarez Moraes e Silva, Mário Marcondes Lobo Filho, Ogarito Borgias Linhares, Orsival Francisco, todos diretores da APPA, CMG Osmar Pedro da Cunha, Capitão dos Portos, Marco Antônio Franco, Delegado da Receita Federal em Paranaguá, Heitor Wallace de Mello e Silva, da Ferroeste, e José Carlos de Oliveira Mendes, futuro Presidente do CAP. **Justificativa de Ausência:** José Maria Gonçalves, Wilson Moraes da Silva, Maria do Socorro de Oliveira, José Carlos Gomes Carvalho, Adriano Gustavo Vidal e João Gilberto Cominese Freire. **Abertura da Reunião:** O Sr. Presidente abriu a sessão dando as boas-vindas aos Conselheiros e convidados presentes e de pronto iniciou os trabalhos. **Aprovação da Ata:** Por unanimidade a ata da 110ª Reunião Ordinária foi aprovada sem ressalvas. **Expediente:** como de praxe foi informado o número atual de Operadores Portuários Qualificados que é de 53. **Correspondências Expedidas:** Ofício 22/03-CAP-Pr, de 02/04/03 à Comissão do Regulamento de Exploração dos Portos e do Regimento Interno do CAP, encaminhando correspondência da AOCEP – Associação dos Operadores Portuários do Corredor de Exportação do Porto de Paranaguá, solicitando seja autorizada a emissão de uma Apólice de Seguro Coletiva dos Operadores Portuários. Ofício 23/03 do CAP, de 07/04/03, ao Delegado da Receita Federal de Paranaguá, convidando para que participe das reuniões ordinárias do CAP. Ofício 24/03-CAP, de 10/04/03, à APPA solicitando seja designado representante da Autarquia para participar da reunião da Comissão do Regulamento de Exploração dos Portos e do Regimento Interno do CAP. Ofício-Circular 09/03-CAP, de 10/04/03, aos membros da referida Comissão convidando-os para a reunião que acontecerá dia 15, às 14:00 horas, para analisar a questão da Apólice Coletiva de Seguro. Ofício Circular 10/03-CAP, de 17/04/03, aos Conselheiros, encaminhando a Ordem do Dia para a reunião do próximo dia 25/04/03. **Correspondências Recebidas:** Fax de 28/03/03, do Ministério dos Transportes encaminhando as Portarias 121 e 124 relativas às nomeações dos Conselheiros Ogarito Borgias Linhares (titular) e Orsival Francisco (suplente) no Bloco dos Operadores Portuários representando a APPA e Luiz Henrique Roos (suplente), no Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários, representando os Proprietários e Consignatários de Mercadorias. Expediente de 31/03/03 da AOCEP – Associação dos Operadores Portuários, solicitando a alteração da Resolução 19/98 do CAP- Apólice de Seguro dos Operadores Portuários. FAX de 04/04/03 do Ministério dos Transportes encaminhando a Portaria 147 relativa às nomeações dos conselheiros Juarez Moraes e Silva (titular) e Mário Marcondes Lobo Filho (suplente), no Bloco do Poder Público, representando o Governo do Estado. Protocolos 5.509.778-0, 5.509.779-8 e 5.509.780-1, todos de 15/04/03, da Diretoria Administrativa da APPA, contendo, respectivamente, as prestações de contas de março de 2003 do Funmar, Funport e Funsilo. Fax de 24/04/03, do Ministério dos Transportes, encaminhando a Portaria nº 234, referente às nomeações dos senhores José Carlos de Oliveira Mendes (titular) e Hélio José da Silva (suplente) no Bloco do Poder

Público, representando o Governo Federal. **Termo de Posse:** em cumprimento ao contido nas Portarias do Ministério dos Transportes, nºs 121, 124 de 28 de abril/03 foram empossados no Bloco dos Operadores Portuários, representando a APPA os conselheiro Ogarito Borgias Linhares (titular) e Orsival Francisco (suplente) e no Bloco dos Usuários representando os Proprietários e Consignatários de Mercadorias, como suplente, o conselheiro Luiz Henrique Roos. Em cumprimento a Portaria 147 de 04 do corrente foram empossados no Bloco do Poder Público representando o Governo do Estado os conselheiros Juarez Moraes e Silva (titular) e Mário Marcondes Lobo Filho (suplente). Como existe ainda a Portaria 234 de 24 do corrente relativa as nomeações dos senhores José Carlos de Oliveira Mendes (titular) e Hélio José da Silva (suplente) no Bloco do Poder Público, representando o Governo Federal, sendo que o primeiro será empossado como Presidente do CAP, para uma melhor inteiração da ordem dos trabalhos, ficou acertado que a mesma posse ocorrerá no final da reunião. **Relatório Gerencial da APPA:** O Sr. Presidente passou a palavra ao Conselheiro Ogarito Borgias Linhares, Diretor Técnico da APPA, que distribuiu aos presentes o Relatório em questão, com a movimentação de cargas no período de março/2003 com os seguintes números: Movimento de Mercadorias: Carga Geral – Exportação (271.387 toneladas), destaques para madeira, congelados. Importação (129.304 toneladas). Granéis Sólidos – Exportação (1.736.565 toneladas), destaques para farelo, milho e soja, Importação (489.439 toneladas), destaque para fertilizantes. Granéis Líquidos: Exportação (285.244 toneladas), destaque para derivados de petróleo. Importação (77.986 toneladas), destaque para derivados de petróleo. Movimentação de Contêineres: Exportação (10.645 teu's), Importação (11.674 teu's). Movimento de Veículos: Exportação (4.039 unidades), Importação (304 unidades). Movimento de Navios no Porto 188. Porto de Antonina: Exportação (28.887 toneladas). Na sequência foi informado o record de exportações de embarque de soja em um só dia que atingiu a cifra de 108 mil toneladas, como também a movimentação do silo público que teve um giro de 4 vezes e meia de sua capacidade estática durante o mesmo período. O Conselheiro Fayet voltou a insistir sobre a necessidade de informações relativas ao sistema de descarga com suas deficiências, bem como as atitudes que deverão ser tomadas para a melhoria, para que se saiba sobre os investimentos que precisam ser efetuados. Novamente com a palavra o Conselheiro Ogarito disse que brevemente concluirá relatório sobre o sentido qualitativo da descarga, não negando que a operacionalização da descarga apresenta deficiências envolvendo a todos os participantes do processo. A propósito, tem havido melhoria nas operações da ALL- América Latina Logística, principalmente no que se refere às locomotivas para o comboio dos vagões, inclusive com a limpeza dos mesmos para evitar maiores problemas na descarga. Também o Porto obteve junto a Polícia Militar uma ação mais efetiva no policiamento entre o Pátio de Triagem e a descarga, no período noturno, onde eram constantes os assaltos. É evidente que não se pode esquecer o apoio que vem sendo recebido dos terminais privados. Outra medida tomada foi junto com a Polícia Rodoviária para organizar as filas no acostamento da Rodovia, o que inclusive dará maior facilidade na descida dos caminhões. Comunicou ainda, que a área da Vila da Madeira servirá para abrigar os caminhões vazios durante à noite, enquanto aguardam para carregamentos de retorno. O Conselheiro Bósio informou que o CEXPAR está procedendo estudos no sentido de que seja retomada a discussão para a construção do Cerealduto entre Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá, que sem dúvida, reduzirá consideravelmente as grandes filas, como também diminuirá os custos do frete. O Conselheiro Ogarito respondendo a uma indagação do Conselheiro Luiz Antônio de Mattos, disse que realmente os volumes inicialmente apresentados no gráfico sobre a movimentação de Antonina estavam errados, já estando corrigidos e mais ainda que o total movimentado no ano, naquele Terminal, é de 154.599 toneladas. Outro item solicitado pelo

Conselheiro Luiz Antônio, sobre os quantitativos movimentados em todos os berços será encaminhado diretamente por fax. **Relatório das Comissões : Comissão dos Fundos de Investimentos:** O Conselheiro José Silvio Gori relatou a posição dos saldos do mês de março do FUNSILO (R\$ 4.903.450,82) e do FUNPORT (R\$ 5.722.609,39) e disse que a Comissão continua no aguardo do pronunciamento da Diretoria Técnica sobre o novo Cronograma de Obras. **Comissão de Acompanhamento de Dragagem:** O Conselheiro Carlos Roberto Frísoli relatou a posição do saldo do FUNMAR do mês de março que é de R\$ 8.643.054,54 e solicitou que no próximo Relatório Gerencial sejam incluídos os valores dos saldos do Fundos. Em aparte o Conselheiro Mário Lobo, Diretor Administrativo da APPA, informou que conforme havia dito na reunião anterior 2/3 do saldo do FUNMAR estão aplicados em RDB, por 30 dias com maior rentabilidade e 1/3 no FIF para poder fazer frente as despesas do mês. Quando o cronograma dos demais fundos estiver concluído o procedimento obedecerá o mesmo critério. **Comissão do Regulamento de Exploração do Porto e do Regimento Interno do CAP :** o Conselheiro Mauro Marder se reportou a reunião da Comissão ocorrida em 15 do corrente quando foi apreciada a solicitação da AOCEP – Associação dos Operadores Portuários do Corredor de Exportação do Porto de Paranaguá, solicitando a revogação parcial da Resolução 19/98 – CAP, visando permitir a apresentação de Apólice Coletiva de Seguro para seus associados. Apresentou a ata dos trabalhos que houve por bem solicitar o encaminhamento à Procuradoria Jurídica da APPA para que se manifeste a respeito do solicitado, retornando após ao CAP. A Ata foi aprovada por unanimidade pelo Conselho, ficando à Secretaria Executiva encarregada de providenciar o encaminhamento do expediente. **Comissões Especiais :** O Conselheiro Airton Galinari, relator da Comissão de Acompanhamento do Gerenciamento no Tratamento de Resíduos e Zoonoses, teceu comentários sobre a participação do Senai no Plano de Gerenciamento para toda a região portuária, dizendo que a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem pesada legislação que a partir do mês de junho do corrente ano penalizará a todos que não possuem um Plano de Gerenciamento. Realmente diversas medidas precisam ocorrer não apenas na coleta dos resíduos, uma vez que não existe boa estrutura local como falta de aterro, de insinerador, de transporte etc. para a integração do processo. É de sua intenção agendar reunião com representante do Senai para maiores esclarecimentos. O Conselheiro Roque manifestou-se dizendo que tanto a Prefeitura como o Governo do Estado, estão engajados no assunto e inclusive o Secretário Cheida, do Meio Ambiente, esteve em Paranaguá para apresentar um projeto feito em harmonia com o Ministério Público para que o aterro sanitário saia do papel. Ao que tudo indica muito em breve o Ministério Público dará parecer favorável a construção do mencionado aterro na região do Rio das Pedras, próximo a BR, no Distrito de Alexandra. Pronunciaram-se ainda, os Conselheiros Mauro Marder, Ogarito Linhares, Mario Lobo Filho e Arivaldo Barbosa José, todos muito preocupados com a solução definitiva da questão, principalmente pela negativa do BNDES em financiar qualquer projeto enquanto não houver uma solução definitiva junto ao IBAMA. Pela Comissão designada para tratar da Logística Ferroviária que está estudando o futuro dos acessos ao Porto, pronunciou-se o Conselheiro Luiz Antônio Fayet, reafirmando que após os dois seminários realizados é enorme a expectativa de um futuro colapso nos próximos dois anos. Realmente é preciso que se encare a questão da logística como fundamental para que o movimento não seja desviado para outros portos, o que trará grandes prejuízos para nossa economia. Na avaliação preliminar sobre o sistema ferroviário, houve a aprovação pelo Conselho do Relatório final. Todos os dados foram arrolados a partir de documentos e depoimentos e será encaminhado à Secretaria de Transportes, APPA, Governo do Estado, Ministério Público, Prefeitura Municipal, e ANTT para que o envolvimento de todos ocorra e existam as condições plenas de definição. Pela Comissão

específica que elaborou a Agenda Propositiva, o conselheiro Bósio informou que está agendando encontro que reunirá a Receita Federal, a APPA, o CAP, Autoridades Marítima e Aduaneira para o próximo dia 08 de maio no Auditório da APPA, para discussão inicial do Fórum proposto na última reunião. Está confirmado o comparecimento do superintendente da Receita Federal, o que parece fundamental para a solução das dificuldades existentes no que concerne a operacionalização do comércio exterior. O Conselheiro Mário Lobo Filho, além de elogiar a iniciativa que é o início do Fórum disse que participará ativamente na coordenação do evento.

Assuntos Gerais: o Conselheiro Fayet voltou a comentar sobre a Resolução 55 da ANTAQ, dizendo que o assunto continua sendo debatido. Inclusive houve reunião com da ABTP e ACIAP para aprofundar o entendimento. Já foi feita proposta formal à ANTAQ e brevemente haverá reunião com a Secretaria dos Transportes Aquaviários no Ministério dos Transportes. Ainda com a palavra o Conselheiro Fayet reportou-se à CIDE, contribuição tributária, e que Medida Provisória recém editada destinará a aplicação de 75% do valor arrecadado para financiar a infraestrutura de rodovias, ferrovias e aeroportos. Hoje, a CIDE tem cerca de 5 bilhões contingenciados e são previstos 12 bilhões de reais de arrecadação no exercício. Se o Paraná obtiver apenas 5% deste valor teremos cerca de meio bilhão de reais por ano para revolucionar o setor de transportes. Será encaminhado substancial memorial para todas as autoridades envolvidas, inclusive sobre os pagamentos de parte da dívida pública do país que estão interrompendo programas sociais. Finalmente, pelo adiantado da hora, a discussão sobre a passagem dos transgênicos pelo Porto, ficará para a próxima reunião. Quando a palavra seria entregue ao Conselheiro Juarez chega ao plenário o Presidente Armando Ribeiro Moreira que após assumir os trabalhos, justificou seu atraso devido problemas com o deslocamento de sua base. Em seguida o Conselheiro Juarez usando da palavra cumprimentou a todos os empossados conclamando que a missão dos novos conselheiros seja plenamente satisfatória. Após distribuir aos presentes relatório substancial sobre a movimentação, receita e despesa, INFRAMAR e FUNMAR e cronograma de eventos e ações do Porto de Antonina, explanou detalhadamente o conteúdo do relatório em apreço solicitando a todos que tenham como prioridade o Porto de Antonina, tanto nas ações do governo como do próprio CAP. Aproveitando o pequeno tempo que lhe resta na presidência do CAP, o Conselheiro Armando distribuiu o número inicial da publicação *CAP em Foco* feita com a intenção de tirar o colegiado de dentro da sala, projetando-o perante à comunidade portuária de outros estados, para mostrar a organização do colegiado que sempre debateu ardorosamente os temas que lhe foram encaminhados, porém sem choques e chegando sempre ao consenso. Em seguida teceu considerações sobre o Centro de Treinamento Portuário que está praticamente desativado, por falta de recursos para funcionar plenamente. O Conselheiro Arivaldo Barbosa José confirmou a carência para que a classe trabalhadora possa efetivamente ser melhor qualificada. O Comandante Osmar pediu a palavra já que a verba é repassada pelo Ministério da Marinha ao OGMO, o responsável pelo Treinamento, disse que mesmo com alguma demora a verba sempre é repassada, no cumprimento do estabelecido no Convênio. O conselheiro Frísoli complementou dizendo que o Fundo de Ensino Profissional Marítimo recebe do INSS o mesmo valor nos últimos 10 anos, fato que também serve para dificultar as melhores condições de treinamento. Já o Conselheiro Bósio acusa que infelizmente o INSS faz o repasse quando e de quanto quer, sendo pois necessário que se consiga agilizar o processo de arrecadação. Finalizando o tema o Presidente Armando disse que continuará em Brasília à disposição para intermediar os eventuais impasses. Concluída toda a pauta e dentro do ajustado no início da reunião foi dado posse ao novo Presidente, Sr. José Carlos de Oliveira Mendes, que agradeceu a presença de todos e ao presidente anterior pela condução firme dos

trabalhos do CAP, se dizendo honrado com a indicação do Governador Roberto Requião ao Ministério dos Transportes para representar o Governo Federal no Conselho. Disse ter a intenção de levar adiante o desenvolvido ao longo desses 10 anos, principalmente mantendo o conceito adquirido pelo CAP. Cada vez será mais necessária a harmonização entre CAP e APPA que importará, no mínimo, na criação de condições para o desenvolvimento geral, uma vez que a eficiência alavancará o futuro do Porto. Precisamos atentar para a necessidade de reformas que melhorarão e avançarão o Terminal para atender inteiramente a economia que chega aqui para ser exportada. Não pode haver estagnação. Após a solenidade de Posse, solicitou a palavra o Conselheiro Orsival, que propôs, para demonstrar a gratidão de todos pelo trabalho encetado pelo presidente sainte que se encaminhe expediente ao Ministério dos Transportes registrando os méritos do Sr. Armando. A proposição foi aprovada por unanimidade. Ainda manifestaram-se com palavras de agradecimento ao trabalho até então realizado, como também almejando toda sorte de sucesso ao novo Presidente os Conselheiros Roque, Mário Lobo, José Gori, Ariosvaldo e o Comandante Osmar que por sinal se fixou na saída do Ministério da Marinha de todos os CAPs do país. As últimas palavras do Sr. Armando foram de agradecimentos a todos pelo prestigiamento recebido, dizendo levar para Brasília uma sedimentada amizade e que lá, conforme disse anteriormente, estará sempre à disposição do CAP de Paranaguá. Com a palavra ao Presidente Mendes disse que na próxima reunião marcada para o dia 30 de maio serão definidas as indicações dos conselheiros que comporão as diversas Comissões Permanentes e Especiais. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos, tendo eu Carlos Elysio Neves Vieira da Costa, Secretário Executivo lavrado a presente ata que segue assinada por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros.